FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO

PEDRO DE PAIVA BRITO FILHO

**FATORES DETERMINANTES DA DESPESA PÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS CAPIXABAS**

**VITÓRIA
2019**

PEDRO DE PAIVA BRITO FILHO

**FATORES DETERMINANTES DA DESPESA PÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS CAPIXABAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Antonio Bezerra.

**VITÓRIA
2019**

PEDRO DE PAIVA BRITO FILHO

**FATORES DETERMINANTES DA DESPESA PÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS CAPIXABAS**

Dissertação (Tese) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Profº Dr.: Francisco Antonio Bezerra
(Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino.)**

**Profº Dr.: NOME PARTICIPANTE DA BANCA
(Universidade, Faculdade etc.)**

**Profº Dr.: NOME PARTICIPANTE DA BANCA
(Universidade, Faculdade etc.)**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Pedro e Irene, à minha esposa Alina e a todos os professores e professoras que ajudaram nessa trajetória de conhecimento.

RESUMO

Este estudo avalia se as características geográficas, eleitorais, irregularidades na gestão pública, nível de transparência municipal e capacitação dos gestores dos municípios capixabas são capazes de determinar o comportamento das despesas totais por habitante. O período analisado foi de 2015 a 2017. Esse período foi marcado pelas eleições municipais e pelo processo de impeachment do presidente do Brasil em consequência de irregularidades em sua gestão. O objetivo é identificar se as irregularidades na gestão pública, os ciclos eleitorais, o nível de transparência na gestão municipal, a capacitação do gestor municipal e localização regional do município afetam a despesa total por habitante dos municípios. A análise foi realizada com dados em painel. A amostra foi composta pelos 78 municípios do estado do Espírito Santo. Os resultados obtidos mostram que existe relação entre os ciclos eleitorais, a capacitação do gestor, tamanho do município, receita por habitante e as despesas municipais por habitante. Não há evidências de que irregularidades na gestão municipal, localização regional do município e nível de transparência tenham relação, como determinantes, da despesa municipal por habitante

Palavras-chave: despesa total por habitante, gestão pública, irregularidade, capacitação do gestor, transparência, ciclo eleitoral.

ABSTRACT

This study assesses whether geographic, electoral, irregularities in public management, level of municipal transparency and training of managers of the municipalities of Espírito Santo are capable of determining the behavior of total expenditure per inhabitant. The period analyzed was from 2015 to 2017. This period was marked by municipal elections and the process of impeachment of the president of Brazil as a consequence of irregularities in his management. The objective is to identify whether irregularities in public management, electoral cycles, the level of transparency in municipal management, the capacity of the municipal manager and the regional location of the municipality affect the total expenditure per inhabitant of the municipalities. The analysis was performed with panel data. The sample was composed of 78 municipalities in the state of Espírito Santo. The results show that there is a relationship between electoral cycles, managerial qualification, municipality size, per capita income and municipal expenditure per capita. There is no evidence that irregularities in municipal management, regional location of the municipality and level of transparency are related, as determinants, to municipal expenditure per capita

Keywords: total expenditure paid, public administration, irregularity, training of managers, transparency, electoral cycle

Sumário

Capítulo 1 7

1 INTRODUÇÃO	7
---------------------------	----------

Capítulo 2 12

2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
-----------------------------------	-----------

2.1 COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS	12
--	----

2.2 IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	14
--	----

2.3 CICLOS ELEITORAIS.....	15
----------------------------	----

2.4 NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL	19
--	----

2.5 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	21
-----------------------------------	----

2.6 CAPACITAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO	24
---	----

Capítulo 3 27

3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	27
---------------------------------------	-----------

3.1 COLETA DE DADOS	27
---------------------------	----

Capítulo 4 33

4. ANÁLISE DOS DADOS	33
-----------------------------------	-----------

4.1 ANÁLISE DAS REGRESSÕES.....	36
---------------------------------	----

Capítulo 5 45

5. CONCLUSÃO	45
---------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	48
-------------------------	-----------

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar como os aspectos geográficos, ciclos eleitorais, irregularidades na gestão pública, nível de transparência municipal e capacitação do gestor público explicam o comportamento das despesas totais por habitante nos municípios capixabas no período de 2015 a 2017.

A análise do comportamento das despesas públicas já foi objeto de várias pesquisas. Entre elas, pode-se citar Gupta et al. (2005) e Rocha e Giuberti (2007). Esses autores pesquisaram a relação entre composição das despesas públicas e crescimento econômico.

Gupta et al. (2005) identificaram que países nos quais as despesas estão concentradas em salários possuem menor crescimento. Para os autores, aqueles países cujo orçamento é gasto em serviços e bens de capital alcançam um crescimento mais rápido da produção.

Na mesma linha, Rocha e Giuberti (2007) analisaram a relação entre composição das despesas e crescimento econômico no longo prazo dos estados brasileiros no período de 1986 a 2003. As autoras verificaram que tanto as despesas de capital quanto as despesas em educação, transporte, defesa e comunicação possuem uma associação positiva com o crescimento econômico. Para as autoras, a explicação desse resultado passa pela literatura sobre o tema, a qual indica que capital, educação, transporte e comunicação, possuem um resultado positivo e significativo estatisticamente sobre o crescimento.

A literatura sobre despesas públicas não se restringe a abordagem de sua composição ou de sua possível associação com o crescimento econômico. Outros fatores que de forma direta ou indireta influenciam a despesa, como ciclos eleitorais, a localização regional do município, as irregularidades na gestão municipal, o nível de transparência e capacitação do gestor foram temas de outros trabalhos. Dentre esses, pode-se citar Souza (2002), Sakurai (2009), Nakaguma e Bender (2010), Mendes (2015), Newcomer (2014), Caldas, Costa e Pagliarussi (2016) e Cella e Zanolla (2018).

Com o objetivo de estudar as evidências de ciclos eleitorais e partidários nas funções orçamentárias nos municípios brasileiros, no período de 1990 a 2005, Sakurai (2009) constatou que os ciclos eleitorais influenciam de forma expressiva as despesas em saúde, habitação, assistência social e transportes. Já os ciclos partidários se caracterizam pela forma como os recursos são alocados entre os grupos de despesa.

Na mesma vertente, Nakaguma e Bender (2010) focaram nas causas determinantes da existência de ciclos eleitorais na política fiscal dos estados brasileiros. Os autores constataram que o eleitorado recompensa aqueles gestores que focam tanto no aumento de receitas quanto no aumento das despesas orçamentárias.

Já no aspecto geográfico, Mendes (2015) realizou um estudo sobre os padrões regionais das despesas públicas nos municípios do Brasil no período de 2000 a 2010. Segundo o autor, existe um padrão assimétrico nas despesas públicas municipais. Os pequenos e grandes municípios, por diferentes motivos, apresentam despesas médias e altas semelhantes. Conforme o autor, há a necessidade de arranjos federativos visando o aprimoramento da ação pública. Padrões socioeconômicos regionais específicos dos municípios têm de ser considerados para o atendimento da

demanda social. Com isso, reduz-se as despesas médias no estoque de bens e serviços públicos (Mendes, 2015).

Com o propósito de analisar irregularidades na gestão pública, Caldas, Costa e Pagliarussi (2016), associaram o nível de irregularidades, com ênfase na corrupção, dos municípios brasileiros com a composição das despesas públicas. Os autores encontraram relação entre a composição das despesas em saúde e educação com maiores níveis de corrupção nos municípios brasileiros no período de 2005 a 2010. Para os autores, a explicação para essa relação está nos maiores recursos orçamentários destinados à educação e saúde, respectivamente 25% e 15% da receita municipal. Os quais atraem os rent-seekers (caçadores de renda) para esses recursos.

Já a análise do nível de transparência e sua relação com as despesas públicas municipais foi o foco do trabalho de Cella e Zanolli (2018). Os autores ao estudarem dois municípios do estado de Goiás, concluíram que o município cujas informações públicas eram mais transparentes possuía as despesas públicas com maior padrão de regularidade. Segundo os autores, o nível de transparência tem uma associação positiva com a regularidade da despesa.

A capacitação do gestor público associada à despesa pública carece de estudos mais específicos pela academia. Souza (2002) em seu trabalho sobre formação de gestores governamentais define a capacidade administrativa como a habilidade dos governos de aplicar seus programas econômicos e sociais ao bem-estar da sociedade. Para o autor, a capacitação de servidores de auto nível se faz essencial para o provimento de funções de gestão e assessoramento. Com isso, objetiva-se a racionalização e contenção das despesas públicas e, ao mesmo tempo, a criação de novas políticas de recursos humanos e a eficácia da estrutura

administrativa. Na mesma linha, Newcomer (2014) estudou a organização dos gerentes públicos para o século XXI. Em seu trabalho, a mensuração de desempenho do gestor público como ferramenta de accountability (responsabilização) gerencial significa que os gestores, frente às informações de desempenho, devem mostrar a boa alocação dos recursos públicos, e melhorar as operações dos programas que administram.

O presente estudo foca, especificamente, nos fatores irregularidades na prestação de contas, ciclos eleitorais, nível de transparência governamental, localização regional do município, e na capacitação do gestor público. Os estudos anteriores mencionados trataram tais elementos de modo isolado. Pretendeu-se nesse trabalho explorar outros fatores que possam comprometer a despesa pública na sua eficiência e regularidade. Ao identificar esses fatores, auxiliar a gestão pública na minimização ou maximização dos mesmos e na otimização da despesa pública.

Sendo assim, este estudo pretende responder a seguinte questão: **As características geográficas, eleitorais, irregularidades na gestão pública, nível de transparência municipal e a capacitação dos gestores dos municípios capixabas são capazes de determinar o comportamento das despesas totais por habitante?**

Os trabalhos anteriores estudaram de maneira isolada tais fatores (Souza, 2002; Sakurai, 2009; Nakaguma e Bender, 2010; Mendes, 2015; Newcomer, 2014; Caldas, Costa e Pagliarussi, 2016; Cella e Zanolla, 2018) ou, no caso da capacitação do gestor e despesa pública, não foram encontradas pesquisas anteriores.

Os municípios do estado do Espírito Santo serviram como amostra desse estudo pois na eleição de 2016 para prefeitos 78% das prefeituras tiveram candidatos não reeleitos ou novos no cargo (TRE-ES, 2019). Portanto, esse estudo aborda um

período de transição política, no qual inclui o período anterior e posterior à transição, nos municípios capixabas na sua análise de fatores como irregularidade na gestão, ciclos eleitorais, nível de transparência, capacitação do gestor e localização regional e sua influência na despesa pública, lacuna não abordada nos estudos anteriores.

A metodologia desse trabalho foi baseada em dados secundários. Os 78 municípios do estado do Espírito Santo compõem a amostra a qual abrange o período de 2015 a 2017. A análise dos dados foi realizada com estatística descritiva, matriz de correlação de Pearson e regressão linear múltipla.

Este estudo pretende auxiliar no entendimento de como a alocação de recursos públicos nos municípios sofre influência de fatores relacionados às pressões externas. Identificando fatores que possam determinar o nível dessa alocação, é possível alertar os órgãos responsáveis pelo seu controle, a comunidade e mesmo gestor público, bem como sua equipe, para gestão de tais fatores

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS

As Normas Gerais de Direito Financeiro são definidas pela Lei nº 4.320 (Brasil, 1964). Essas normas são responsáveis pelo controle e elaboração dos orçamentos dos entes da Federação Brasileira. O artigo nº 2 desta lei informa que a Lei do Orçamento “conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo” (Brasil, 1964). Essa discriminação da despesa é realizada por funções de Governo, conforme define a Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão (Brasil, 1999). Segundo essa portaria, entende-se funções de governo como “o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público” (Brasil, 1999). Essas despesas públicas são divididas em despesas correntes e de capital.

Conforme explicado por Divino e Silva Junior (2012), despesas correntes são direcionadas a programas de distribuição de renda, despesas em educação, saúde e segurança pública. Já despesas de capital são as relacionadas a despesas em infraestrutura, transporte e comunicação (Divino; Silva Junior, 2012).

A concentração da despesa nas funções de governo educação e saúde pode ser explicada pela Constituição Federal de 1988, a qual determina gastos mínimos em educação e saúde, respectivamente 25% da receita, conforme o artigo 212 (Brasil, 1988) e 15% da receita, conforme Emenda Constitucional nº 29 de 2000 (Brasil, 2000). Já o gasto administrativo é explicado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000), a qual limita os gastos municipais com pessoal ao valor de 60% da receita arrecadada (Brasil, 2000).

Os estudos sobre despesa pública e fatores que a influenciam possuem abordagens distintas, como em Cossio e Carvalho (2001), que estudaram as transferências intergovernamentais e seu efeito sobre as despesas públicas municipais. Os autores pesquisaram se essas transferências possuem um impacto maior nas despesas municipais do que aumentos idênticos na renda dos contribuintes. A conclusão deles foi que as transferências intergovernamentais impactam mais nas despesas municipais do que o aumento per capita da renda do contribuinte (Cossio; Carvalho, 2001).

Em outra linha de pesquisa, mas com foco na despesa pública, tem-se o trabalho de Brunet, Bertê e Borges (2007), que pesquisaram a qualidade da despesa pública nos 27 estados do Brasil. Os autores criaram um índice para medir a qualidade da despesa pública. Com esse índice, concluíram que as funções de governo saúde e educação, em estados com menor despesa nessas funções, apresentam um melhor desempenho no quesito qualidade da despesa pública em saúde e educação.

A despesa pública tende a ser influenciada em maior ou menor grau por variados fatores. Tem-se o aspecto da legislação brasileira, que determina despesas mínimas em educação e saúde (Brasil, 1988) e despesas com pessoal até o limite de 60% da receita (Brasil, 2000). Outras variáveis que explicam a despesa pública seriam: o produto interno bruto (PIB), índice de desenvolvimento humano (IDH), população e taxa de urbanização, utilizadas nos estudos de Sakurai (2009) sobre ciclos eleitorais, em, Caldas, Costa e Pagliarussi (2016) sobre nível de corrupção nos municípios e em Cella e Zanolla (2018) sobre nível de transparência municipal.

2.2 IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Irregularidades na gestão pública é um tema recorrente na academia. Trabalhos como de Mauro (1995), Azevedo e Colaço (2010) e Caldas, Costa e Pagliarussi (2016), abordaram o tópico irregularidades, procurando identificar suas causas e consequências.

Focando no estudo das irregularidades apontadas pelo TCE/RS nas gestões municipais do Rio Grande do Sul no ano de 2004, Kronbauer et al. (2011) concluíram que as principais irregularidades estão relacionadas com as despesas públicas, administração de pessoal e controles internos e que os municípios que possuem maior população, área geográfica (tamanho em km²), produto interno bruto (PIB) e receita corrente líquida possuem mais irregularidades (Kronbauer et al, 2011).

Para Mauro (1995), a irregularidade na forma de suborno do agente público está associada negativamente com investimento e crescimento econômico. Segundo o autor, se o político individualmente decide estabelecer uma alta taxa de suborno, o desempenho econômico piorará. Consequentemente, o conjunto do governo terá menos possibilidades de permanecer no poder. Ainda Mauro (1995), em seu estudo, afirma que as burocracias com gestões irregulares/subornáveis são desonestas, e podem atrasar a distribuição de permissões e licenças. Com isso, atrapalham os processos pelos quais os avanços tecnológicos se inserem em novos equipamentos públicos ou novos processos de produção.

Com a intenção de analisar a relação entre emendas parlamentares e irregularidades na gestão nos municípios brasileiros, Azevedo e Colaço (2010) confirmaram uma relação positiva entre número de emendas recebidas pelo município e irregularidades.

Já a análise da despesa pública associada à irregularidades na forma de corrupção foi o foco do trabalho de Caldas, Costa e Pagliarussi (2016). Os autores usaram os relatórios de auditoria da Controladoria Geral da União como fonte de dados. A partir desses relatórios, encontraram evidências de corrupção e composição dos gastos governamentais em saúde e educação nos municípios do Brasil no período de 2005 a 2010 (Caldas; Costa; Pagliarussi, 2016).

Assim, seria possível inferir que no estado do Espírito Santo, os municípios com irregularidades na prestação de contas deverão apresentar maiores despesas municipais por habitante.

H1: Irregularidades na prestação de contas de um município estão associadas positivamente à despesa total por habitante.

As irregularidades consideradas neste trabalho foram baseadas nos relatórios técnicos contábeis do TCEES (2018) da prestação de contas anual do gestor municipal e são:

- a. Divergências de demonstrações contábeis;
- b. Ausência de documentação (extrato bancário e ficha financeira);
- c. Cancelamento de créditos indevidamente;
- d. Contribuições previdenciárias não descontadas ou descontadas indevidamente.

2.3 CICLOS ELEITORAIS

Ciclos eleitorais associados às despesas públicas foram pesquisados por diversos autores, pode-se citar os estudos de Cossio (2001), Akhmedov e Zhuravskaya (2004), Drazen e Eslava (2005), Nakaguma e Bender (2006), Brender e

Drazen (2008), Sakurai (2009), Nakaguma e Bender (2010), Vicente e Nascimento (2012), Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017) e Dias, Mossa e Mont-Mor (2018).

Analisando a posição fiscal dos governos estaduais do Brasil no período de 1985 a 1997, Cossio (2001) afirma que a participação política do eleitorado disciplina o comportamento fiscal dos governos estaduais, assim como a competitividade do sistema político não é um fator determinante das posições fiscais. Por outro lado, a fragmentação política no Brasil tende a um viés expansionista dos gastos (Cossio, 2001).

Focando nas despesas públicas e sua composição sendo influenciadas pelos ciclos eleitorais, Drazen e Eslava (2005) formularam um modelo de ciclo orçamentário político. Neste modelo os governantes com o objetivo de conquistar os eleitores mudam a composição das despesas públicas. O estudo classificou as despesas naquelas que são destinadas aos eleitores e as que não são. Tendo como amostra todos os municípios colombianos, os autores concluíram que existe um aumento naquelas despesas destinadas a agradar aos eleitores antes das eleições e uma diminuição nos outros tipos de gastos (Drazen; Eslava, 2005).

Corroborando o trabalho de Drazen e Eslava (2005), Nakaguma e Bender (2006) afirmaram em estudo sobre reeleição e Lei de Responsabilidade Fiscal que os ciclos eleitorais interferem no padrão de gasto público. Os autores observaram que os ciclos eleitorais afetam de maneira distinta as despesas por função de governo. Esse dado, conforme os autores, vai ao encontro da ideia de que o eleitorado valoriza de maneira distinta os investimentos em cada setor. Diante disso, os políticos atuam de maneira oportunista ao concentrarem as despesas nos setores que conquistam mais votos (Nakaguma; Bender, 2006).

Contrariando o raciocínio do aumento de despesas como fator determinante da reeleição de governantes, Bender e Drazen (2008) estudaram um amplo painel de democracias e a influência de políticas fiscais expansionistas aliadas a um cenário econômico favorável na reeleição desses gestores. Segundo os autores, não foram encontradas evidências de que os déficits fiscais ajudem na reeleição em qualquer nação, e isso independente da renda, do sistema eleitoral ou governamental e do nível de democracia. Nas nações desenvolvidas e democracias antigas, os déficits prejudicam o candidato a reeleição, nas nações em desenvolvimento, taxas de crescimento ajudam na reeleição (Bender; Drazen, 2008).

Os modelos de ciclos eleitorais oportunistas preconizam que o comportamento dos políticos é motivado pela procura da própria reeleição. A busca pela reeleição incentiva os governantes a prática de manipulação de políticas públicas, com o objetivo de mostrar ao eleitor sua competência. Caso o processo de reeleição não existisse, não haveria sentido no comportamento oportunista (Nakaguma; Bender, 2006).

Com o mesmo foco em despesas públicas e ciclos eleitorais, Sakurai (2009) analisou a influência desses ciclos no arranjo das despesas por função de governo nas prefeituras brasileiras. O resultado encontrado pelo autor foi que funções como saúde e saneamento, assistência e previdência, habitação, urbanismo e transportes possuem despesas mais expressivas nos ciclos eleitorais. Porém, conforme o autor, nem todas as despesas são alvo de distorções nos ciclos eleitorais. Em algumas despesas o resultado é negativo, como agricultura e legislativa. Assim, analisadas no seu conjunto, os resultados encontrados indicam um arranjo das despesas públicas específico para anos eleitorais, com algumas despesas sofrendo dilatações e outras contrações (Sakurai, 2009).

A abordagem dos ciclos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros foi evidenciada no estudo de Vicente e Nascimento (2012), os autores colocam que o crescimento das despesas de investimento eleva a possibilidade de reeleição do gestor público ao cargo. Conforme os autores concluíram, a assimetria de informações entre o principal (sociedade) e agente (gestor público) tem uma influência significativa nos ciclos políticos. Diante disso, os governantes se aproveitam da ausência de discernimento do eleitor de enxergar comportamentos “oportunistas” para permanecer no poder (Vicente; Nascimento, 2012).

Abordando a lógica dos “ciclos oportunistas” na Rússia durante uma década, Akhmedov e Zhuravskaya (2004) afirmam que a manipulação pré-eleitoral por parte dos gestores que estão no poder é maior nesse período e visa a reeleição. Segundo os autores, a despesa pública se transforma em transferência monetária direta aos eleitores, mas a intensidade desses ciclos decresce com a democracia, o nível de transparência governamental, a liberdade de imprensa e a tomada de consciência por parte do eleitorado.

Já os ciclos políticos associados ao viés ideológico do partido que está no poder e sua importância para alocação de despesas públicas em investimentos de infraestrutura foi o mote do estudo de Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017). Segundo os autores, há a influência dos ciclos eleitorais nas despesas e partidos de esquerda e centro investem mais em infraestrutura no período pré-eleitoral se comparados com partidos de direita. Corroborando a afirmação de que ciclos eleitorais podem ser influenciados dependendo da linha ideológica do partido que está no poder (Gonçalves; Funchal; Bezerra Filho, 2017).

As consequências das despesas públicas nas chances de recondução do gestor público ao poder no período pré-eleição nos municípios do estado do Espírito

Santo no período de 2001 a 2012 foi o tema de estudo de Dias, Mossa e Mont-Mor (2018). Os autores em seu trabalho sugerem que os eleitores do Espírito Santo reconhecem os gestores municipais que no período pré-eleição incrementam de maneira relativa os investimentos públicos.

Segundo os trabalhos citados, existem duas explicações para o fenômeno dos ciclos eleitorais. A primeira refere-se aos modelos de ciclos políticos que passam a ideia de que as manipulações eleitoreiras sinalizam a “competência administrativa” dos gestores públicos. A segunda refere-se aos modelos de controle eleitoral, que ressaltam a ideia dos ciclos eleitorais serem inspirados pela ausência de um monitoramento político conveniente por parte do eleitorado (Nakaguma; Bender, 2010). Assim sendo, este estudo propõem as seguinte hipóteses:

H2: O ano pré-eleitoral está associado positivamente à despesa total por habitante;

H3: O ano eleitoral está associado positivamente à despesa total por habitante;

H4: O ano pós-eleitoral está associado positivamente à despesa total por habitante.

2.4 NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL

O tema transparência na gestão pública se faz presente na Lei Complementar nº 101 (BRASIL, 2000) em seu artigo 48, o qual tipifica os instrumentos de transparência da gestão fiscal. Eles devem ter ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. Dentre esses instrumentos tem-se as prestações de contas e respectivos pareceres e outros relatórios concernentes à gestão fiscal (BRASIL, 2000).

Este tema também foi o foco nos trabalhos de Silva (2003), Platt Neto et al. (2009), Agostineto e Raupp (2010), Cruz et al. (2012), Cella e Zanolla (2018). Para Silva (2003), a importância da transparência da gestão fiscal é compreendida como a garantia a qualquer cidadão às informações que explanam as ações praticadas pelos governantes. Essas informações devem ser amplamente informadas por meios eletrônicos. Dentre essas informações estão: audiências públicas, planos de diretrizes orçamentárias, orçamentos, prestações de contas, entre outros (Silva, 2003).

Seguindo essa vertente e com o objetivo de caracterizar a extensão e obrigatoriedade dos princípios da publicidade e da transparência na administração pública, Platt Neto et al. (2009) constataram que a internet constitui uma ferramenta de destaque na divulgação dessas contas. E passou a ter maior evidência a partir do surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000) e da Lei nº 9.755/98 (Platt Neto et al, 2009).

Os autores enfatizam que a transparência no setor público constitui uma iniciativa de gestão responsável, pois ajuda no exercício da cidadania pela população e o entendimento das informações pelos usuários (Platt Neto et al, 2009).

Com o foco no estudo da prestação de contas das despesas públicas e sua divulgação nas redes sociais, Agostineto e Raupp (2010) analisaram os portais eletrônicos das Câmaras Municipais da Grande Florianópolis. Os autores buscaram identificar os relatórios de prestação de contas publicados pelas câmaras. A partir deles, verificar a prestação de contas das despesas incorridas (Agostineto; Raupp, 2010).

Os autores constataram que a prestação de contas por meio de portais eletrônicos não foi adotada na maior parte das Câmaras Municipais da Grande Florianópolis. Porém, Cruz et al (2012) em seu estudo dos portais eletrônicos nos

municípios com maior receita por habitante do Brasil, afirmaram que a transparência nos atos da administração vem sendo gradativamente implementada nos municípios.

Já Cella e Zanolla (2018) verificaram o nível de transparência municipal e sua associação com a execução das despesas municipais. Seu trabalho consistiu na análise de dois municípios do estado de Goiás e o nível de transparência de cada um. A conclusão apresentada foi que o município com maior grau de transparência possuía regularidade maior na execução das despesas públicas. Os autores procuraram analisar o nível de transparência dos municípios utilizando os portais de transparência dessas instituições. Segundo eles, foi encontrada uma limitação na disponibilização de informações. Há uma grande diversidade de ferramentas que não permitem a incorporação de dados para outra plataforma (Cella; Zanolla, 2018).

Percebe-se que a associação entre nível de transparência e despesa pública ainda é um campo a ser explorado pela literatura com mais intensidade, a exemplo do estudo de Cella e Zanolla (2018) que limitou a sua amostra a dois municípios, requerendo mais estudos para verificar essa relação. Diante disso, este estudo propõem a seguinte hipótese:

H5: O nível de transparência do município está associado negativamente à despesa total por habitante.

2.5 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A despesa pública regional, assim como sua composição, tem sido o objeto de estudo de alguns trabalhos acadêmicos. Entre eles, pode-se citar Rocha e Giuberti (2007), Amaral Filho (2009), Divino e Silva Junior (2012), Mendes, Linhares e Messenberg (2014), Mendes (2015).

Com o intuito de explorar a composição da despesa pública associada ao crescimento nos estados brasileiros, Rocha e Giuberti (2007) focaram nas despesas segundo a categoria econômica e funcional. As autoras afirmam que as despesas de capital são mais produtivas que as despesas correntes para o crescimento econômico nos estados brasileiros.

Já Amaral Filho (2009) procurou verificar as pesquisas no campo da endogeneização e desenvolvimento regional. Para o autor, a despeito de o estudo do desenvolvimento regional endógeno descuidar da relação do local com o nacional, essa relação está comprometida com a política macroeconômica e o sistema político-administrativo. Segundo o autor, faz-se necessária a combinação do desenvolvimento regional endógeno com a conduta cooperativa da região. Diante disso, o autor afirma que o fenômeno da economia regional deixou de ocupar um lugar secundário na ciência econômica. Esta vem acompanhando o novo papel do Estado advindo com a crise financeira-fiscal, assim como os novos modelos institucionais e de produção, entre eles a descentralização, que diminuiu e redirecionou os mecanismos e estratégias de desenvolvimento regional (Amaral Filho, 2009).

Dentro dessa estratégia de desenvolvimento regional, Divino e Silva Junior (2012) avaliaram a composição das despesas públicas municipais e sua relação com o crescimento da renda per capita dos municípios do Brasil. Os autores encontraram relação positiva entre a proporção de despesas públicas em relação à renda local e crescimento econômico municipal. Isso evidenciou como a composição das despesas correntes e de capital impactam o crescimento econômico (Divino; Silva Junior, 2012).

Para Mendes, Linhares e Messenberg (2014), diante das desigualdades sociais e econômicas dos municípios localizados nas regiões do Brasil, não se tem o mesmo efeito a aplicação de R\$1, de despesa pública, na oferta de bem ou serviço público a

uma pessoa de um município do interior do Nordeste e a uma pessoa rica da região Sul. Porém, mais recursos não significam maior e melhor oferta de bens e serviços públicos (Mendes; Linhares; Messenberg, 2014).

É preciso, conforme os autores, a regionalização da despesa pública, com medidas governamentais que visem o desenvolvimento de instrumentos operacionais e gerenciais para essa regionalização. Isso leva a ampliação desses gastos e proporciona uma melhor apropriação de seus efeitos, assim como uma maior comunicação entre os entes federativos, visando a redução do gasto médio na oferta de bens públicos (Mendes; Linhares; Messenberg, 2014).

Nesta mesma direção, Mendes (2015), em seu estudo sobre despesas municipais e seus padrões regionais, demonstrou que os municípios de porte médio e grande possuem, por variados motivos, despesas médias e altas iguais. Para o autor, as cidades de porte médio apresentam despesa per capita em seu ponto menor, havendo a necessidade de aprimoramento da ação pública por meio de arranjos federativos. Estes devem considerar as especificidades regionais tanto para atender as demandas sociais de cunho heterogêneo quanto a busca da redução das despesas médias na oferta de bens e serviços (Mendes, 2015).

Verifica-se assim que as especificidades regionais discutidas por Mendes (2015) podem afetar positivamente as despesas públicas por habitante no município. Sendo assim, é possível esperar que municípios próximos de aglomerados tenderiam a ter maior despesa pública por habitante. Assim sendo, propõe-se a seguinte hipótese:

H6: A distância do município dos grandes centros urbanos está associada negativamente à despesa total por habitante.

2.6 CAPACITAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

A relação entre despesas públicas e capacitação administrativa do gestor público é um campo de estudo de raro interesse acadêmico. Estudos como de Souza (2002), Madureira (2005), Kronbauer et al (2011), Newcomer (2014) e Ferrarezi e Silva (2014) focam na formação para a gestão pública.

A afirmação de que a capacidade administrativa é a habilidade dos governos de pôr em prática seus programas sociais e econômicos com o objetivo do bem-estar da sociedade foi feita por Souza (2002). Para o autor, aspectos sociais e culturais importantes devem ser priorizados pela administração na formulação desses programas, maximizando os benefícios a vários setores da população (Souza, 2002).

Já Madureira (2005) entende que a equidade e legalidade na prestação de serviços pela administração pública à sociedade devem ser mantidas. Mas a evolução profissional e a produtividade, ditados pelo setor privado e por um cenário social em permanente mudança, obriga a uma resposta da administração pública (Madureira, 2005).

Diante disso, o autor salienta que a contínua formação profissional, principalmente a comportamental, possui um papel importante na formação de novos perfis profissionais. Essa formação dos gestores públicos deve prepará-los de uma maneira proativa para o fenômeno da inovação e da modernização (Madureira, 2005). Na mesma linha, mas com ênfase no desempenho e *accountability* (responsabilização) dos gerentes públicos, Newcomer (2014) afirma que a doutrina governamental nos últimos tempos tem sido a de tornar os gestores públicos responsáveis pelo seu desempenho. Para a autora, o conceito de desempenho significa que políticas e programas públicos serão medidas e os funcionários

responsáveis por essas ações públicas terão seu desempenho julgado pelos resultados dessas ações (Newcomer, 2014).

Demonstrar que gestores municipais com menor escolaridade possuem menos irregularidades em sua gestão foi o foco do trabalho de Kronbauer et al. (2011). Ao mesmo tempo, aqueles gestores mais qualificados tendem a ter mais irregularidades na gestão pública. Segundo os autores, os gestores menos qualificados se cercam de assessores mais qualificados. Enquanto os gestores com maior tempo de estudo não se preocupam tanto com a qualificação de seus assessores (Kronbauer et al, 2011).

Assim sendo, a formação desses gestores públicos se faz necessária para a reforma do Estado, conforme enfatizado por Souza (2002). Para o autor, a formação de excelência da gestão pública está associada a uma estratégia de mudança, assim como à pesquisa em políticas públicas de alto nível e novas experimentações em decisões públicas.

Com a intenção de estudar os especialistas em políticas públicas e gestão governamental, Ferrarezi e Silva (2014) analisaram duas edições do curso de formação em políticas públicas e gestão governamental e associaram com os desafios da administração pública contemporânea. Dentre esses desafios está a cada vez maior dificuldade dos problemas e demandas sociais (Ferrarezi; Silva, 2014). Porém, as autoras admitem os limites para a capacitação desses gestores, limites esses que resolvem questões específicas em detrimento de outros problemas das organizações públicas, dando ênfase às questões de caráter político, ideológico e corporativistas. Devido a isso, se faz importante a construção do hábito da função pública junto a uma reflexão crítica sobre o interesse público (Ferrarezi; Silva, 2014).

Pode-se assim considerar que a capacitação do gestor público pode interferir nas despesas públicas. Deste modo, propõem-se a seguinte hipótese:

H7: A formação do gestor público está associada negativamente à despesa total por habitante.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 COLETA DE DADOS

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de quatro bases de dados. A primeira, disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES, 2018), foi composta por achados das irregularidades dos ordenadores de despesas do executivo municipal assinaladas nos relatórios técnicos contábeis anuais do TCEES, os quais subsidiaram o estudo da variável **irregularidades na prestação de contas dos municípios**. Essa mesma base de dados também contém as informações referentes às variáveis **despesas municipais totais por habitante**, essas despesas constituem despesas em educação, saúde, administração, previdência, urbanismo as principais, receita municipal por habitante, **localização regional do município**, tamanho do município e informações sobre os prefeitos eleitos (**variável ciclo eleitoral**), sendo todas extraídas do portal do TCEES (TCEES, 2018).

Complementarmente, as informações sobre **níveis de transparência** dos municípios capixabas foram extraídas do portal CidadES do TCEES (TCEES, 2018) e do ranking nacional da transparência do Ministério Público Federal (MPF, 2018).

A terceira e quarta fontes de dados foram os portais eletrônicos dos municípios (TCEES, 2018) e portal de busca Google (Google, 2018) que subsidiaram as informações sobre **capacitação do gestor público**. Nesses portais, foram pesquisadas a formação acadêmica de cada prefeito do Espírito Santo. Caso essa informação não estivesse disponível no portal da prefeitura, optou-se pela pesquisa da formação acadêmica do prefeito no portal de buscas Google (Google, 2018).

Diante dessas informações, esse estudo consistiu na observação dos 78 municípios do estado do Espírito Santo nos anos de 2015 a 2017 frente aos seguintes dados:

1. Despesa pública total por habitante (formada por despesas do governo em educação, saúde, administração, previdência e urbanismo);
2. Irregularidades na prestação de contas do gestor municipal;
3. Ciclo eleitoral;
4. Nível de transparência;
5. Localização regional (distância do município em km dos conglomerados urbanos);
6. Capacitação do gestor
7. Tamanho do município em km²; e
8. Receita arrecadada por habitante.

Totalizaram-se 234 observações o conjunto de dados em painel ou longitudinal (Wooldridge, 2007).

O estudo possui dados faltantes referentes à despesa total liquidada por habitante e receita total por habitante arrecadada dos municípios de **Fundão** e **Guarapari** no ano de 2015. Neste ano as informações registradas no portal CidadES (TCEES, 2018) vão até o mês de outubro de 2015, não possuindo informações da despesa e receita dos meses de novembro e dezembro de 2015. Devido a isso, optou-se em converter para doze meses pegando o valor total da despesa e receita até outubro e dividindo por dez e multiplicando o resultado por 12.

Os relatórios técnicos contábeis dos municípios de Aracruz, Cariacica, Linhares, Serra e Vitória do ano de 2017 ainda não foram disponibilizados pelo

TCEES, portanto não integraram a base de dados referente à variável irregularidades na prestação de contas.

A variável dependente desse estudo foi a despesa municipal total por habitante (DHAB) extraída do portal CidadES (TCEES, 2018).

A variável irregularidade na prestação de contas foi medida com base nos relatórios técnicos contábeis do TCEES (TCEES, 2018). Esses relatórios mostram a prestação de contas anual do ordenador de despesas do executivo municipal. Com base nas quantidades de irregularidades encontradas nesses relatórios, tais como divergências de demonstrações contábeis, ausência de documentação (extrato bancário, ficha financeira), cancelamento de créditos indevidamente, contribuições previdenciárias não descontadas ou descontadas indevidamente, entre outros, subsidiou-se a variável irregularidades na prestação de contas.

Já para o estudo sobre a influência dos ciclos eleitorais na despesa pública foram utilizadas três variáveis *dummy*: uma para o ano pré-eleitoral (PREE), uma para o ano eleitoral (ELEI) e outra para o ano pós-eleitoral (POSE), conforme o trabalho de Nakaguma e Bender (2006). Assim como a relação da despesa por habitante e a relação com as despesas por função de governo foi baseada no estudo de Caldas, Costa e Pagliarussi (2016) que associaram as despesas em saúde e educação com maior nível de corrupção nos municípios brasileiros.

Na mesma linha, a variável nível de transparência municipal foi extraída do ranking proposto pelo portal CidadES do TCEES (TCE-ES, 2018). Para estabelecer a qualidade dos portais de transparência municipais foram verificados mais de 200 itens, sob a perspectiva do conteúdo e qualidade das informações, pelos auditores do TCEES. O período analisado foi de 2015 e 2017, no ano de 2016 não houve auditoria.

Diante disso, pesquisou-se o ranking de transparência nacional do Ministério Público Federal no ano de 2016 (MPF, 2018).

A associação entre despesa pública e localização do município dentro de sua mesorregião tiveram os dados extraídos do portal CidadES (TCE-ES, 2018). Entre eles, a distância de um município da capital do estado do Espírito Santo. Com isso, preencheu-se uma lacuna em trabalhos sobre despesa pública: a distância regional e sua associação com a despesa do município.

Por fim, para a influência ou não da capacitação do gestor na despesa pública, utilizou-se uma variável *dummy* que assume o valor 1 para o gestor que possui graduação superior (ou um mestrado ou um doutorado) e 0 para o gestor que não possui nenhuma formação superior. Esses dados foram extraídos dos portais de transparência dos municípios e do site de buscas Google (Google, 2018). Os trabalhos de Souza (2002), Madureira (2005), Newcomer (2014) e Ferrarezi e Silva (2014), que seguiram a linha de pesquisa da formação técnica do gestor público, não associaram diretamente essa formação influenciando a despesa pública. Já Kronbauer et al (2011) utilizaram o grau de instrução dos prefeitos como variável explicativa de seu trabalho sobre controle externo na gestão pública e irregularidades. Portanto, a associação com despesa pública foi preenchida por esse estudo.

Como variáveis de controle foram selecionadas o tamanho do município em km² (TM) e receita total arrecadada por habitante (RHAB) extraídas do portal CidadES (TCEES-2018). Essas variáveis foram baseadas nos trabalhos de Kronbauer et al (2011) e Cruz et al (2012), respectivamente.

O quadro 1 resume as variáveis de estudo com o respectivo código, descrição, fonte e referências, que as utilizaram, bem como, os resultados esperados.

QUADRO 1: DESCRIÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NO MODELO ECONOMÉTRICO

Variável	Código	Descrição	Expectativa	Fonte	Referências
Despesa Total por habitante	DHAB	Despesa municipal total dividida pela população.	Positiva	CidadES (TCEES, 2018)	Caldas, Costa e Pagliarussi (2016)
Irregularidades na prestação de contas	IRREG	Número formado a partir das quantidades de irregularidades do ordenador de despesas do executivo municipal encontradas nos relatórios técnicos contábeis do TCEES.	Positiva	TCEES (2018)	Azevedo e Colaço (2010) e Caldas, Costa e Pagliarussi (2016)
Ciclos Eleitorais	PREE/LEI/POSE	Três variáveis <i>dummy</i> , uma para o ano pré-eleitoral, uma para o ano eleitoral e outra para o ano pós-eleitoral.	Positiva	TCE-ES (2018)	Nakaguma e Bender (2010)
Nível de transparência	TRA	Extraída da pontuação dos portais de transparência dos municípios capixabas proposto pelo TCEES e MPF.	Negativa	TCEES (2018); MPF (2018)	Cruz et al (2012); Cella e Zanolla (2018)
Localização regional	LOCR	Distância de um município da capital do estado do Espírito Santo em km.	Negativa	TCEES (2018)	Cruz et al (2012)
Capacitação do Gestor	CAPG	Uma variável <i>dummy</i> , com o valor 1 para o gestor com formação superior, mestrado ou doutorado e 0 para aquele que não possui formação superior.	Negativa	Portais de Transparência Municipais (TCE,2018)	Kronbauer et al (2011)
Tamanho do município	TM	Extensão territorial do município em km ²	Positiva	TCEES (2018)	Kronbauer et al (2011)
Receita arrecadada	RHAB	Receita total por habitante arrecadada pelo município	Positiva	TCEES (2018)	Cruz et al (2012)

Fonte: elaboração própria.

A base de dados resultou em um agrupamento de dados transversais, sendo cada observação correspondente a um município em determinado ano. Assim, foi adotada uma abordagem de dados em painel. O método de análise de regressão múltipla foi utilizado, conferindo independência entre as observações e eliminando correlações entre erros ao longo do tempo (Wooldridge, 2007).

O estudo da associação entre despesas públicas municipais e irregularidades na prestação de contas foi realizado por meio do modelo econométrico baseado no

trabalho de Caldas, Costa e Pagliarussi (2016). A variável dependente foi a despesa municipal total por habitante (DHAB) (Caldas; Costa; Pagliarussi, 2016). As variáveis independentes de interesse foram: irregularidades na prestação de contas (IRREG), ciclos eleitorais (PREE, ELEI, POSE), nível de transparência municipal (TRA), localização regional do município (LOCR) e capacitação do gestor (CAPG). As variáveis de controle foram tamanho do município (TM) e receita total arrecadada por habitante (RHAB). O modelo econométrico é representado pela fórmula:

$$DHAB = \beta_0 + \beta_1 IRREG + \beta_2 PREE + \beta_3 ELEI + \beta_4 POSE + \beta_5 TRA + \beta_6 LOCR \\ + \beta_7 CAPG + \beta_8 TM + \beta_9 RHAB + \varepsilon$$

Onde:

DHAB: despesa municipal total por habitante atualizada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);

IRREG: número de irregularidades na prestação de contas municipal;

PREE: ano pré-eleitoral;

ELEI: ano eleitoral;

POSE: ano pós-eleitoral;

TRA: nível de transparência municipal;

LOCR: localização regional (distância do município a capital do Estado em km);

CAPG: capacitação do gestor público;

TM: tamanho do município em km²;

RHAB: receita total arrecadada por habitante pelo município atualizada pelo INPC.

Capítulo 4

4. ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente os dados da despesa por habitante dos municípios capixabas, irregularidades na gestão municipal, ciclos eleitorais, nível de transparência, localização regional, capacitação do gestor, tamanho do município e receita por habitante foram analisados com a técnica da estatística descritiva. Essa técnica possibilita descrever a amostra, estabelecer a média e o desvio padrão das observações (Morettin; Bussab, 2017).

As medidas de tendência central- média, mínimo, máximo e desvio padrão- foram dispostas na tabela 1:

TABELA 1: ANÁLISE DESCRITIVA

Variável	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
DHAB	3103,4	1517,3	22266,2	1921,1
IRREG	3,158	0	22	3,48
PRE	0,330	0	1	0,47
ELEI	0,343	0	1	0,47
POSE	0,325	0	1	0,46
TRA	1,130	0,02	72,68	5,78
LOCR*	4,922	1,856	5,82	0,69
CAPG	0,515	0	1	0,50
TM*	10,363	6,648	12,76	1,07
RHAB	3279,4	1618,1	32343,4	2879,2
Observações	221	221	221	221

Fonte: Elaborado pelo autor. Os valores da despesa por habitante e receita por habitante foram corrigidos pelo INPC de 2015 a 2017. *As variáveis com asterisco estão em logaritmo.

A capacitação do gestor (CAPG) sendo uma variável categórica, atingiu a média de 0,515, sendo 1 o gestor com nível superior e 0 sem curso superior, o valor

máximo foi de 1. Esse resultado demonstra que a maioria dos municípios capixabas possui gestores sem curso superior, cenário enfatizado no trabalho de (Ferrarezi; Silva, 2014), conforme as autoras, existem limites para a capacitação dos gestores públicos, limites esses que resolvem questões específicas em detrimento de outros problemas das organizações públicas, dando ênfase às questões de caráter político, ideológico e corporativistas. Devido a isso, se faz importante a construção do hábito da função pública junto a uma reflexão crítica sobre o interesse público (Ferrarezi; Silva, 2014).

Já a variável irregularidade (IRREG) foi em média de 3,15 unidades, sendo o valor mínimo de 0 (zero) irregularidades e 22 irregularidades o valor máximo. Esse resultado demonstra que os municípios capixabas tiveram poucas irregularidades evidenciadas pelos relatórios contábeis do TCEES no período de 2015 a 2017 e ratifica o estudo de Kronbauer et al (2011) e o cenário de menor capacitação dos gestores públicos municipais capixabas. Segundo os autores, os gestores municipais com menor escolaridade possuem menos irregularidades em sua gestão. Para eles, os gestores menos qualificados se cercam de assessores mais qualificados.

A variável nível de transparência (TRA), ao longo do período, demonstrou que o os municípios, em média numa escala de 0 a 100, quanto mais próximo de 100, mais transparente, possuem nível de transparência em média de 1,13, sendo 0,02 o valor mínimo e 72,6 o máximo. Esse resultado corrobora o trabalho de Cella e Zanolla (2018), que afirma existir uma dificuldade por parte dos municípios na disponibilização de informações em seus portais de transparência que reflete no baixo nível de transparência desses municípios.

A variável localização regional (LOCR) teve média de 4,92, sendo o valor máximo de 5,82 e mínimo de 1,85. O tamanho do município (TM) foi em média de

10,36, sendo o valor máximo de 12,76 e mínimo de 6,64. A despesa média por habitante nesses municípios foi de R\$ 3103,4, sendo o valor mínimo de R\$ 1517,3 e máximo de R\$ 22.266,2. Esses resultados não corroboram o estudo de Mendes (2015), em seu trabalho sobre despesas municipais e seus padrões regionais, o autor afirma que os municípios de porte médio e grande possuem, por variados motivos, despesas médias e altas semelhantes.

Na análise de correlação, quanto mais perto de 1 o valor estiver, maior será a correlação linear positiva entre duas variáveis. No entanto, quanto mais próximo de -1 estiver esse valor, maior será a correlação linear negativa entre as duas variáveis. Ou seja, conforme uma aumenta, a outra diminui e vice-versa. Dessa forma, quanto mais próximo de 0 estiver esse valor, maior será a evidência de que não há relação linear entre as variáveis (Charnet et al, 1999; Morettin; Bussab, 2017).

TABELA 2: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

	DHAB	IRREG	PREE	ELEI	POSE	TRA	LOCR	CAPG	TM	RHAB
DHAB	1.000									
IRREG	-0.0645	1.000								
PREE	0.0134	-0.2452*	1.000							
ELEI	0.0502	0.2630*	-0.5085*	1.000						
POSE	-0.0643	-0.0206	-0.4882*	-0.5033*	1.000					
TRA	-0.0080	-0.0310	-0.0068	-0.0636	0.0712	1.000				
LOCR	0.0225	-0.1281	-0.0207	-0.0188	0.0398	-0.0838	1.000			
CAPG	0.0108	0.1796*	-0.0704	-0.0420	0.1132	0.0923	-0.0823	1.000		
TM	-0.0520	-0.0505	0.0136	0.0125	-0.0263	-0.0098	0.0467	0.0731	1.000	
RHAB	0.9827*	-0.0548	-0.0283	0.0334	-0.0054	-0.0006	0.0239	0.0416	-0.0198	1.000

Fonte: Elaborada pelo autor. Nota: *Significativa a 10%. ** Significativo a 5%. *** Significativo a 1%.

Com base na tabela 2, observa-se que a correlação entre a despesa por habitante e os possíveis fatores determinantes dessa despesa apresentou relação positiva e significativa para a variável receita por habitante. As outras correlações não foram significativas.

4.1 ANÁLISE DAS REGRESSÕES

Foram realizadas cinco análises (regressões lineares) para o modelo apresentado na seção 3, com isso procurou-se analisar o efeito dos ciclos eleitorais, os anos pré-eleitoral (PREE), eleitoral (ELEI) e pós-eleitoral (POSE), separadamente e conjuntamente na despesa por habitante. Todas as regressões incluem as variáveis de controle tamanho do município e receita por habitante.

TABELA 3: MODELO 1 (SEM A VARIÁVEL POSE)

DHAB	Coeficiente	t	p> z	95% interv. conf	
IRREG	-3,62	-0,48	0,630	[-18,41	11,17]
PREE	264,20	4,77	0.000***	[155,	373]
ELEI	207,81	3,69	0.000***	[96,66	318]
TRA	-0,78	-0,47	0,637	[-4,08	2,50]
LOCR*	0,57	0,02	0,985	[-60,15	61,29]
CAPG	-74,74	-1,81	0,072*	[-156	6,65]
TM*	-58,99	-2,57	0,011**	[-104	13,7]
RHAB	0,65	29,95	0,000***	[0,61	0,69]
CONS	1454,10	4,82	0,000***	[859	2048]

Amostra	221
R ² ajustado	0,9709
Prob>F	0,0000
F (8, 212)	167,85

Fonte: Elaborado pelo autor. Notas: * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. As variáveis LOCR e TM estão em logaritmo

Os resultados da regressão linear da Tabela 3 apresentaram significância a 1% para as variáveis PREE (ano pré-eleitoral), ELEI (ano eleitoral) e RHAB (receita por habitante). Os coeficientes foram positivos com os respectivos valores de 264,2; 207,81 e 0,65. As variáveis CAPG (capacitação do gestor) e TM (tamanho do município) foram significativas a 10% e 5%, respectivamente, ambas com coeficientes negativos. De acordo com o coeficiente de determinação R², as variáveis

independentes do modelo explicam 97,09% da variação na variável dependente despesa por habitante.

Os resultados indicam relação positiva entre os anos pré-eleitoral, eleitoral e a despesa por habitante. No ano anterior à eleição e no ano da eleição a despesa por habitante é maior. Esse resultado corrobora os obtidos por Nakaguma e Bender (2010) e Vicente e Nascimento (2012), no qual a relação entre despesa pública e ciclos eleitorais apresentaram coeficiente positivo e está de acordo com o esperado e formulado nas hipóteses 2 e 3 desse trabalho. As quais relacionam positivamente os anos pré-eleitoral e eleitoral com a despesa por habitante.

Tem-se uma relação negativa entre a capacitação do gestor e a despesa por habitante. Esse resultado confirma a relação esperada por esse trabalho e a hipótese 7 que relaciona negativamente a capacitação do gestor com a despesa por habitante e repete-se nos modelos 2,3,4 e 5, mas diverge dos resultados de Kronbauer et al (2011), no qual a maior capacitação do gestor está associada a municípios com maior despesa.

Já a relação entre tamanho do município e despesa por habitante foi significativa e negativa, divergente do resultado encontrado por Kronbauer et al (2011), que em seu trabalho verificou que os municípios de extensão territorial maior possuem maior despesa. A relação entre receita por habitante e despesa por habitante foi significativa e positiva, confirmando o estudo de Kronbauer et al (2011) que verificou municípios do Rio Grande do Sul com maiores receitas tendo maiores despesas.

TABELA 4: MODELO 2 (SEM A VARIÁVEL PREE)

DHAB	Coefficiente	t	p> t	95% interv conf	
IRREG	-3,62	-0,48	0,630	[-18,41	11,17]
ELEI	-56,39	-0,91	0,364	[-178	65,89]
POSE	-264,20	-4,77	0,000***	[-373	-155]
TRA	-0,78	-0,47	0,637	[-4,08	2,50]
LOCR*	0,57	0,02	0,985	[-60,14	61,29]
CAPG	-74,73	-1,81	0,072*	[-156	6,65]
TM*	-58,99	-2,57	0,011**	[-104	-13,77]
RHAB	0,65	29,95	0,000***	[0,61	0,69]
CONS	1718,30	5,56	0.000***	[1109	2327]
Amostra	221				
R² ajustado	0,9709				
Prob>F	0,0000				
F (8, 212)	167,85				

Fonte: Elaborado pelo autor. Notas: * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. As variáveis LOCR e TM estão em logaritmo.

Os resultados da regressão linear da Tabela 4 apresentaram significância a 1% para as variáveis POSE (ano pós-eleitoral) e RHAB (receita por habitante). O coeficiente foi negativo para a primeira e positivo para a segunda. Já as variáveis CAPG (capacitação do gestor) e TM (tamanho do município) foram significativas a 10% e 5%, respectivamente. Os resultados indicam relação negativa entre o ano pós-eleitoral, capacitação do gestor e tamanho do município e a despesa por habitante. No ano após a eleição a despesa por habitante diminui. Esse resultado difere do modelo 1 que mostra significância para o ano eleitoral e a despesa por habitante e pode ser interpretado como efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000), a qual proíbe o titular do poder municipal de contrair despesa no último quadrimestre de seu governo, portanto não transferindo uma despesa maior para o primeiro ano pós-eleição.

TABELA 5: MODELO 3 (SEM AS VARIÁVEIS PREE E POSE)

DEHAB	Coeficiente	t	p> t	95% interv conf	
IRREG	-7,63	-1,09	0,277	[-21,44	6,17]
ELE	80,86	1,50	0,136	[-25,53	187,2]
TRA	-1,62	-0,54	0,593	[-7,60	4,35]
LOCR*	-9,17	-0,28	0,779	[-73,52	55,1]
CAPG	-92,75	-2,16	0,032**	[-177,5	-7,9]
TM*	-56,53	-2,43	0,016**	[-102,4	-10,6]
RHAB	0,65	27,73	0,000***	[0,60	0,70]
CONS	1632,43	5,22	0,000***	[1016,0	2248,8]
Amostra	221				
R² ajustado	0,9679				
Prob>F	0,0000				
F (7, 213)	124,33				

Fonte: Elaborado pelo. Notas : * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. As variáveis LOCR e TM estão em logaritmo.

Os resultados da regressão linear da Tabela 5 apresentaram significância a 1% para a variável RHAB (receita por habitante) e a 5% para as variáveis CAPG (capacitação do gestor) e TM (tamanho do município). Os coeficientes foram positivos para a receita por habitante e negativos para a capacitação do gestor e tamanho do município. As outras variáveis não foram significativas. A diferença para os modelos 1 e 2 está na análise da variável ano eleitoral isoladamente sem as variáveis anos pré-eleitoral e pós-eleitoral. A relação do ano eleitoral com a despesa por habitante não é significativa. Esse resultado pode também ser interpretado sob o efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000) que restringe as despesas no último ano de mandato do gestor municipal.

TABELA 6: MODELO 4 (SEM AS VARIÁVEIS ELEI E POSE)

DEHAB	Coefficiente	t	p> t	95% interv conf	
IRREG	1,05	0,14	0,891	[-14,03	16,13]
PREE	164,31	3,17	0,002***	[62,07	266,5]
TRA	-1,70	-0,88	0,378	[-5,50	2,09]
LOCR*	-2,77	-0,09	0,931	[-65,5	60,04]
CAPG	-95,70	-2,26	0,025**	[-179,2	-12,13]
TM*	-55,65	-2,39	0,018**	[-101,4	-9,82]
RHAB	0,656	27,66	0,000***	[0,61	0,70]
CONS	1533,62	4,83	0,000***	[907,1	2160]
Amostra	221				
R² ajustado	0,9691				
Prob> F	0,0000				
F (7, 213)	140,13				

Fonte: Elaborado pelo autor. Notas : * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. As variáveis LOCR e TM estão em logaritmo.

Os resultados da regressão linear da tabela 6 apresentaram significância a 1% para as variáveis PREE (ano pré-eleitoral) e RHAB (receita por habitante). Já as variáveis CAPG (capacitação do gestor) e TM (tamanho do município) foram significativas a 5%. Os resultados indicam relação positiva entre o ano pré-eleitoral (PREE) e a despesa por habitante e negativa entre capacitação do gestor (CAPG), tamanho do município (TM) e a despesa por habitante. O modelo 4 corrobora o resultado encontrado no modelo 1 no qual a relação entre o ano pré-eleitoral e a despesa por habitante foi positiva e significativa, mesmo excluindo os anos eleitoral e pós-eleitoral. Confirmando o estudo de Nakaguma e Bender (2010) e Vicente e Nascimento (2012) sobre os ciclos eleitorais.

TABELA 7: MODELO 5 (SEM AS VARIÁVEIS ELEI E PREE)

DEHAB	Coeficiente	t	p> t 	95% interv conf	
IRREG	-5,66	-0,83	0,405	[-19,06	7,72]
POSE	-235,99	-5,09	0,000***	[-327,3	-144,5]
TRA	-0,72	-0,39	0,699	[-4,40	2,96]
LOCR*	-0,55	-0,02	0,986	[-61,34	60,23]
CAPG	-72,96	-1,75	0,081*	[-155,0	9,16]
TM*	-59,35	-2,62	0,009***	[-104,0	-14,6]
RHAB	0,65	30,21	0,000***	[0,61	0,69]
CONS	1705,97	5,52	0,000***	[1096	2315]
Amostra	221				
R² ajustado	0,9708				
Prob> F	0,0000				
F (7, 213)	190,69				

Fonte: Elaborado pelo autor. Notas: * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. As variáveis LOCR e TM estão em logaritmo.

Os resultados da regressão linear da Tabela 7 apresentaram significância a 1% para as variáveis POSE (ano pós-eleitoral) e RHAB (receita por habitante). Já as variáveis CAPG (capacitação do gestor) e TM (tamanho do município) foram significativas a 10% e 1%. Os resultados indicam relação negativa entre o ano pós-eleitoral (POSE) e a despesa por habitante e negativa entre capacitação do gestor (CAPG), tamanho do município (TM) e a despesa por habitante. Esse resultado confirma o apresentado na tabela 2, o qual indica a relação negativa entre o ano pós-eleitoral e a despesa por habitante, mesmo excluindo o ano eleitoral e pré-eleitoral.

TABELA 8: COEFICIENTES DOS MODELOS DE 1 A 5

VARIÁVEL	M1	M2	M3	M4	M5
IRREG	-3,620	-3,62	-7,64	1,05	-5,67
PREE	264,20***			164,31***	
ELEI	207,81***	-56,39	80,87		
POSE		-264,20***			-236,00***
LOCR*	0,57	0,57	-9,17	-2,77	-0,56
CAPG	-74,74*	-74,74*	-92,75**	-95,70**	-72,97*
TM*	-58,99**	-58,99**	-56,54**	-55,65**	-59,36***
RHAB	0,66***	0,66***	0,66***	0,66***	0,66***
TRA	-0,79	-0,79	-1,62	-1,70	-0,72
_CONST	1454,10***	1718,30***	1632,44***	1533,62***	1705,98***
N	221	221	221	221	221
R2	0,97	0,97	0,97	0,97	0,97
F	167,85	167,85	124,33	140,13	190,69

Fonte: Elaborado pelo autor. Notas: * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. As variáveis LOCR e TM estão em logaritmo

A Tabela 8 é um resumo das 5 regressões com a significância das variáveis nos respectivos modelos.

A partir dos resultados dos modelos de regressão demonstrados nas tabelas 3 a 7, foram encontradas evidências significantes a 1% e 5%, respectivamente, que apontam para a não rejeição das hipóteses 2 e 3 (anos pré-eleitoral e eleitoral) e 7 (capacitação do gestor) que previam, respectivamente, associação positiva entre os anos pré-eleitoral, eleitoral e a despesa por habitante e associação negativa entre capacitação do gestor e a despesa por habitante. Os resultados corroboram os obtidos por Nakaguma e Bender (2010) e Vicente e Nascimento (2012), no qual a relação entre

despesa pública e ciclos eleitorais apresentaram coeficiente positivo. Assim como a relação negativa entre capacitação do gestor e despesa diverge dos resultados de Kronbauer et al (2011), no qual a maior capacitação do gestor está associada a municípios com maior despesa.

A análise dos ciclos eleitorais foi realizada, primeiramente, associando o ano eleitoral, ano pré-eleitoral e as outras variáveis independentes e a despesa por habitante (Tabela 3). O resultado apresentou significância a 1% e coeficiente positivo para a relação entre os anos pré-eleitoral e eleitoral com a despesa por habitante. Quando o ano pré-eleitoral é retirado da regressão (Tabela 4) e analisa-se a relação entre o ano eleitoral, pós-eleitoral e as outras variáveis independentes com a despesa por habitante, o ano pós-eleitoral é significativo a 1% com coeficiente negativo. Já a Tabela 5 não mostra significância entre o ano eleitoral, quando se exclui o ano pré-eleitoral e pós-eleitoral. As Tabelas 6 e 7 indicam significância a 1% para os anos pré-eleitoral e pós-eleitoral, respectivamente, associadas a despesa por habitante. Com coeficiente positivo para o ano pré-eleitoral e negativo para o ano pós-eleitoral.

Esses resultados corroboram o trabalho de Vicente e Nascimento (2012) na interpretação da relação positiva entre ano pré-eleitoral, eleitoral e despesa por habitante. Os autores evidenciaram que o crescimento das despesas de investimento no período eleitoral eleva a possibilidade de recondução do gestor público ao cargo. Por outro lado, a associação negativa entre ano pós-eleitoral e despesa por habitante encontra sua explicação na Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000), a qual proíbe o titular do poder municipal de contrair despesa no último quadrimestre de seu governo, portanto não transferindo uma despesa maior para o primeiro ano pós-eleição.

Não foram encontradas evidências significantes para a aceitação das hipóteses 1 (irregularidades), 5 (nível de transparência) e 6 (localização regional). Quanto a

irregularidade, o resultado sugere que as irregularidades encontradas nos relatórios contábeis do TCCES no período de 2015 a 2017 não afetaram a despesa por habitante, mas não significa que não existam irregularidades que afetem a despesa pública, conforme o resultado do estudo de Kronbauer et al (2011). Nesse trabalho os autores encontraram evidências da associação das principais irregularidades nos municípios do Rio Grande do Sul com as despesas públicas.

Por fim não há evidências que indiquem o suporte da hipótese 5 (nível de transparência), que previa associação negativa entre nível de transparência com a despesa por habitante. Ao contrário do estudo de Cella e Zanolla (2018) com dois municípios de Goiás que evidenciou uma associação positiva entre nível de transparência e regularidade nas despesas municipais. Assim como na hipótese 6 (localização regional), o estudo não encontrou evidências da associação negativa entre a distância do município dos aglomerados urbanos e a despesa por habitante. Esse resultado diverge do encontrado por Mendes (2015), em seu trabalho sobre despesas municipais e seus padrões regionais, verificou-se que as cidades de porte médio, portanto mais distantes dos aglomerados urbanos, possuem despesa per capita em seu ponto mínimo.

Capítulo 5

5. CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar a relação entre irregularidades na gestão pública municipal, ciclos eleitorais, nível de transparência municipal, capacitação do gestor público municipal, localização regional do município e despesa municipal por habitante dos municípios do estado do Espírito Santo nos anos de 2015 a 2017. Os resultados obtidos corroboram três hipóteses desse estudo.

Não houve evidências de que irregularidades na gestão pública, nível de transparência municipal e localização regional do município afetem a despesa total por habitante. No entanto, o presente estudo encontrou evidências da influência dos ciclos eleitorais (anos pré-eleitoral e eleitoral) e da formação do gestor público na despesa total por habitante, entretanto despesas maiores no ano pré-eleitoral e eleitoral não significaram maior número de reeleitos nos municípios capixabas, a taxa de reeleitos ficou em 22% em 2016 (TRE-ES, 2019), confirmando os estudos de Drazen e Eslava (2005) e Bender e Drazen (2008) o qual questionam o aumento da despesa pública como mecanismo de recondução ao poder. Com isso, esse trabalho acrescentou à literatura a importância dos ciclos eleitorais e da formação do gestor público na despesa pública.

Trabalhos empíricos anteriores analisaram, de maneira isolada, a despesa municipal associada a irregularidades, com ênfase na corrupção (Caldas; Costa; Pagliarussi, 2016), ciclos eleitorais (Vicente; Nascimento, 2012), nível de transparência municipal (Cella; Zanolla, 2018), capacitação do gestor (Kronbauer et al, 2011) e localização regional (Mendes, 2015).

Os resultados obtidos quando o foco são as variáveis irregularidades e capacitação do gestor não foram semelhantes a Kronbauer et al (2011), pois esses autores associaram maior nível de irregularidades com as despesas municipais e a gestores mais capacitados, quando estes administram municípios cujas despesas são maiores em relação as despesas de municípios cujos gestores são menos qualificados. O resultado do presente estudo não encontrou evidências na relação entre irregularidades e despesa por habitante. Assim como a relação entre gestores mais qualificados e maior despesa por habitante. A hipótese 7 não foi rejeitada, gestores mais qualificados possuem despesa por habitante menor em seus municípios.

Confirmando às evidências encontradas em Vicente e Nascimento (2012), os ciclos eleitorais tiveram significância com a despesa por habitante. Os gestores municipais durante o ciclo eleitoral, os anos pré-eleitoral e eleitoral aumentam as despesas por habitante. Mas no ano pós-eleitoral as despesas são menores. Esses resultados podem ser interpretados à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) que limita as despesas do gestor municipal no último ano de mandato.

Já a hipótese nível de transparência municipal foi rejeitada. Não há evidências de que um maior nível de transparência acarreta uma despesa por habitante menor. Esse resultado diverge do estudo de Cella e Zanolla (2018), que associou maior nível de transparência com maior regularidade na execução da despesa. Já a hipótese da localização regional municipal demonstra que não há evidências de que as cidades de porte médio, ou seja, distantes dos aglomerados urbanos, possuem uma despesa per capita menor (Mendes, 2015).

As implicações práticas dos resultados alcançados são o reconhecimento pelos gestores públicos, órgão de controle interno e externo, de que as despesas municipais

são influenciadas em maior ou menor grau por fatores distintos. Diante disso, há necessidade de medidas que subsidiem os gestores municipais na solução e prevenção de irregularidades, na capacitação da equipe de governo, na modernização e ampliação dos portais de transparência visando realocar de forma eficiente a despesa municipal.

As limitações encontradas no presente estudo referem-se às fontes de dados e informações. O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi o principal fornecedor dos dados utilizados nesse estudo. Outros órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não possuem informações anuais sobre renda per capita, devido a isso tal variável não foi utilizada para compor a fonte de dados.

Por fim, novas pesquisas podem ser desenvolvidas para melhorar a mensuração e discriminação das irregularidades nas gestões municipais, identificando a associação dessas irregularidades com outros fatores econômicos e sociais. Também, a associação desses fatores com os ciclos eleitorais, nível de transparência, capacitação do gestor e localização regional dos municípios de outros estados do Brasil. Sugere-se também pesquisar outros órgãos de controle interno e externo como fontes de informação para medição dessas variáveis em novos contextos.

REFERÊNCIAS

AGOSTINETO, Raquel Crestani; RAUPP, Fabiano Maury. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos: um estudo em câmaras municipais da Grande Florianópolis. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 3, p. 64-79, 2010.

AKHMEDOV, A., & ZHURAVSKAYA, E. (2004). Opportunistic political cycles: test in a young democracy setting. *The Quarterly Journal of Economics*, 119(4), 1301-1338.

AMARAL Filho, J. do (2009). Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e políticas públicas*, (14).

AZEVEDO Sodré, A. C. D., & COLAÇO Alves, M. F. (2010). Relação entre emendas parlamentares e corrupção municipal no Brasil: estudo dos relatórios do programa de fiscalização da Controladoria-Geral da União. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 14(3).

BRASIL. **Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964**. Estatui normas de Direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm. Acesso em: 05-09-2018

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24-08-2018.

_____. **Ministério do Orçamento e Gestão (MOG)**. Portaria Nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. **Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 01-09-2018.

_____. **Emenda Constitucional nº 29 (2000)**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc29.htm Acesso em: 07-09-2018

BRENDER, Adi; DRAZEN, Allan. How do budget deficits and economic growth effect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. *American Economic Review*, v. 98, n. 5, p. 2203-2220, 2008.

BRUNET, Júlio Francisco Gregory; BERTÊ, Ana Maria de Aveline; BORGES, Clayton Brito. Estudo comparativo das despesas públicas dos estados brasileiros: um índice de qualidade do gasto público. **Trésor fédéral, Brasília**, 2007.

CALDAS, Olavo Venturim; COSTA, Cristiano Machado; PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches. Corrupção e composição dos gastos governamentais: evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 2, p. 237-264, 2016.

CELLA, Ricardo Sartori; ZANOLLA, Ercilio. Benford's Law and transparency: an analysis of municipal expenditure. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 15, n. 4, p. 331-347, 2018.

CHARNET, Reinaldo et al. Análise de modelos de regressão linear com aplicações. **Campinas, São Paulo, Unicamp, 356p**, 1999.

COSSIO, Fernando Andrés Blanco; CARVALHO, Leonardo Mello de. Os Efeitos expansivos das transferências intergovernamentais e transbordamentos espaciais de despesas públicas: evidências para os municípios brasileiros: 1996. 2001.

COSSIO, Fernando Andrés Blanco. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. **Economia**, v. 2, n. 1, p. 207-258, 2001.

CRUZ, C. F., de SOUZA Ferreira, A. C., da SILVA, L. M., & da Silva Macedo, M. Á. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176.

DIAS, B. P., NOSSA, V., & MONTE-MOR, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880-898.

DIVINO, José Angelo; SILVA JUNIOR, Rogério Lúcio Soares da. Composição dos gastos públicos e crescimento econômico dos municípios brasileiros. **Revista Economia**, v. 13, n. 3, p. 507-528, 2012.

DRAZEN, Allan; ESLAVA, Marcela. **Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence**. National Bureau of Economic Research, 2005.

FERRAREZI, Elisabete; da SILVA, Adélia Cristina Zimbrão. Formação de carreiras para a gestão pública contemporânea: o caso dos especialistas em políticas públicas e gestão governamental. **Revista do Serviço Público**, v. 57, n. 1, p. 63-86, 2014.

GONÇALVES, L. G., FUNCHAL, B., & BEZERRA FILHO, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462-481.

GOOGLE. 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/>. Acesso em 07-10-2018.

- GUPTA, S., CLEMENTS, B., BALDACCI, E., & MULAS-Granados, C. (2005). Fiscal policy, expenditure composition, and growth in low-income countries. *Journal of International Money and Finance*, 24(3), 441-463.
- KRONBAUER, C. A., KRUGER, G. P., OTT, E., & NASCIMENTO, C. J. (2011). Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. *Revista de contabilidade e organizações*, 5(12), 48-71.
- MADUREIRA, César. A formação profissional contínua no novo contexto da administração pública: possibilidades e limitações. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 5, p. 1109-1135, 2005.
- MAURO. Corruption and growth. **The quarterly journal of economics**, v. 110, n. 3, p. 681-712, 1995.
- MENDES, C. C.; LINHARES, P. T.; MESSENERG, R. Gasto público desigual e arranjo federativo regional no Brasil. Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014.
- MENDES, C.C. **Padrões regionais da despesa pública municipal no Brasil**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.
- MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, WILTON OLIVEIRA. **Estatística básica**. Editora Saraiva, 2017.
- NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). **Economia aplicada**, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006.
- _____. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.
- NEWCOMER, Kathyryn E. A preparação dos gerentes públicos para o século XXI. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n. 2, p. 5-18, 2014.
- PLATT Neto, O. A., da Cruz, F., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2009). Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, 18(1), 75-94.
- RANKING NACIONAL DA TRANSPARÊNCIA-MPF-Combate a Corrupção. 2016. Disponível em: combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking. Acesso em 15-10-2018
- ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. **Economia Aplicada**, v. 11, n. 4, p. 463-485, 2007.
- SAKURAI, Sergio Naruhiko. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

SILVA, L. M. (2003). *Contabilidade governamental: um enfoque administrativo*. Atlas

SOUZA, E. C. L. (2002). A capacitação administrativa e a formação de gestores governamentais. *Revista de administração pública*, 36(1), 73-88.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *CidadES*
<https://www.tce.es.gov.br/> Acesso em 01-10-2018

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO. <http://www.tre-es.jus.br/Acesso> em 25-08-2019

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; NASCIMENTO, Leonardo Silveira. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: Uma abordagem moderna**. Thomson Learning, 2007.